

CANAL DE VOZ



SINTTEL-ES

Informativo do Sinttel-ES nº 852 | sinttel-es.org.br | 14/02/2016 | TEL. 27 3223-4844



ATENÇÃO
Empregados/as na

BrasilCenter

CAMPANHA SALARIAL

O SINTTEL-ES, Sindicato que representa os/as trabalhadores/as na BrasilCenter, convoca todos/as para a assembleia que abre o processo de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2018 na empresa.

O teu sonho é ter um salário maior?

Pronto!

Vá para a assembleia do Sinttel-ES, o seu sindicato. É lá que, juntos, vamos exigir da BrasilCenter mais salário, mais benefícios, mas respeito e dignidade.

***Dia 21/02 às 12 e às 14 horas
Cerimonial Tozzatto***

Av. Saturnunino Mauro, 50
Itaparica, Vila Velha. Atrás
do Prédio da BrailCenter

Ah! Chame mais uns 10 colegas. Com mais gente nossa capacidade de luta aumenta.



Pra que serve o Acordo Coletivo?



EM 2016, A BC NÃO QUERIA DAR REAJUSTE AOS REPS, SÓ ABONO. O SINTTEL AJUIZOU O DISSÍDIO COLETIVO. E FOI A JUSTIÇA DO TRABALHO QUE DETERMINOU O REAJUSTE!

Os acordos e convenções coletivas de trabalho são instrumentos legais que garantem reajustes salariais, benefícios e estabelecem direitos e deveres dos patrões com os empregados e vice-versa.

Sem esses acordos, acredite!, a exploração seria muito maior. É só olhar para uma categoria que não tem um sindicato forte. Todo ano, nas datas base (quando vencem os acordos e convenções), o SINTTEL discute com os trabalhadores as pautas com as reivindicações que devem ser levadas para a negociação com os empresários (patrões). Só o sindicato pode representar os trabalhadores para negociar os acordos.

Depois faz

reuniões com as empresas e defende os reajustes salariais, as melhorias e necessidades dos empregados. Após, faz assembleias com os/as trabalhadores/as para avaliar as propostas dos patrões. Todo ano é assim.

Sem os Acordos Coletivos na BrasilCenter, por exemplo, os trabalhadores não teriam auxílio-creche, auxílio-alimentação (tíquete), assistência a educação especial, plano de saúde, atualização automática do valor do piso salarial quando este fica inferior ao salário mínimo. E a jornada seria de 8 horas (44 horas semanais) e não as 36 horas que se tem hoje.

É no Acordo Coletivo que se estabelece essas garantias, pois tem força de lei para a Justiça do Trabalho. Se a empresa descumprir gera multa. E você pode/deve denunciar quando ela desrespeita as regras.

Dissídio Coletivo de 2016

BrasilCenter tem 5 dias para dizer se vai pagar

Sinttel luta para que a Justiça mande pagar imediatamente

O juiz titular da 7ª Vara do Trabalho de Vitória, Antonio de Carvelho Pires deu prazo de 5 dias para a BrasilCenter acatst as liminares, concedidas ao Sinttel, lá no início do processo. O Departamento Jurídico do Sinttel-ES, pede que a BrasilCenter pague, o mais urgente possível, o reajuste salarial conquistado com o julgamento do Dissídio Coletivo.

A BrasilCenter foi notificada nesta terça-feira, dia 14/02. Em outras palavras, a "empresa foi notificada para manifestar se vai pagar imediatamente e cumprir a ordem. Caso contrário, o juiz pode expedir a ordem com multa diária", disse a advogada do Sinttel, Renata Schimidt Gasparini.

Um dia depois do julgamento do dissídio pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES), a BrasilCenter ajuizou um recurso, chamado Embargos de Declaração. Esse recurso dá claros sinais que ela recorrerá ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília.

A empresa pode recorrer, mas o Sindicato está pedindo à justiça que faça a decisão valer e a empresa tenha que pagar imedia-

tamente, sem que os trabalhadores tenham que esperar a decisão final, que não se sabe quando será.

Todos os/as trabalhadores/as na BrasilCenter passaram o ano de 2016 à míngua, pois a empresa não quis reajustar os salários dos REPs.

Durante a discussão do acordo coletivo 2015/2016 a BrasilCenter discriminava os REPs, pois para eles não haveria reajuste, somente abono, enquanto os demais trabalhadores/as teriam reajuste de 9,90% e abono. Esse foi o motivo que levou o Sinttel a pedir que à Justiça do Trabalho que julgasse a questão.

O resultado é uma grande conquista. A empresa terá que pagar as diferenças desse reajuste desde abril do ano passado pra cá.



QUEREMOS QUE O REAJUSTE SALARIAL DE 9,91% SOBRE O PISO, MAIS O ABONO RETROATIVO A 1º DE ABRIL DE 2016 SEJA PAGO IMEDIATAMENTE. BASTA DE EXPLORAÇÃO E PREJUÍZOS!



16/02/2017 - Convergência Digital

Pequenos provedores encaram 'morte súbita' na saída do Simples

Os pequenos provedores representam mais de um em cada dez acessos a internet no país e, ainda mais significativo que o ganho de mercado é o ritmo. Em 2016, a banda larga fixa foi o único serviço a crescer, com 1,1 milhão de novos assinantes. No geral, uma alta de 4,3%. Mas para os pequenos, que responderam por 4 de cada 10 novos acessos, o crescimento foi de 31,5%.

Mas o ganho de musculatura desse segmento, que em três anos passou de 7% para 10% do mercado, também representa um desafio. Como concluiu um estudo encomendado pela Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint) ao Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), esses provedores começam a romper a linha do que é considerado 'pequeno' pelo Fisco. E a saída do Simples está se mostrando uma barreira difícil demais.

"Somos o único setor que tem aumento significativo. A carga máxima de ICMS dentro do Simples é 3,95%. Mas quando põe o pé fora do Simples é no mínimo 25%. Outros setores tem transições suaves. Para nós é a morte súbita", diz o presidente da Abrint, Erich Rodrigues. Segundo a entidade, esse salto tributário reduz o lucro de 20% para 7,5%, ou praticamente a inflação de 2016, de 6,3%. Preocupação significativa para dois em cada três dos pequenos provedores enquadrados no Simples até o fim de 2016.

A tumultuada revisão do Simples, no ano passado, não ajudou muito. É certo que o limite de faturamento anual passou de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões, mas o ICMS ganhou um escalonamento próprio com limite diferente. Pode parecer muito, mas na prática, significa que provedores superaram a linha até mesmo antes de chegarem a ter 5 mil clientes. Vale lembrar que, para a Anatel, pequeno provedor tem

até 50 mil assinantes.

O próprio segmento admite que as empresas, quando conseguem, tentam evitar o salto abrindo novas pessoas jurídicas. Segundo o consultor e pesquisador do IBPT, responsável pelo estudo sobre os provedores, está aí parte da explicação para a alta de 40% no número dessas empresas entre 2014 e 2016 – de 6,4 mil para mais de 9 mil, considerando-se o segmento que atua em Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e Serviço de Valor Adicionado (SVA).

"É complicado um sistema tributário no qual as empresas não podem crescer. Mas a infeliz verdade é que o Simples foi criado para as empresas não crescerem. Imagine uma empresa que está faturando R\$ 3,6 milhões e tem perspectiva de faturar mais, uns R\$ 4,5 milhões. Tem que criar uma nova empresa, porque se crescer a mesma, se ela sair da zona tributária do Simples, o lucro vai cair", diz Oliveira.

O fenômeno é fruto direto da aposta de pequenos provedores na construção de infraestrutura própria, passando eles mesmos a prestar serviços de telecomunicações antes comprados das grandes operadoras. "Antes não tínhamos redes de última milha, dependíamos das operadoras. E agora construímos e passamos do rádio para a fibra, então passamos a ter um componente de custo que paga ICMS e que aumentou", diz Rodrigues, da Abrint.

Mais do que dores do crescimento, porém, o setor reclama de que a tributação inviabiliza que esse desempenho continue. "A questão não é simplesmente de aumento da carga, mas sim porque na prática, a partir de certo nível, a empresa não vive mais. Os provedores estão crescendo, querem sair do Simples, mas não conseguem", resume o presidente do conselho consultivo da associação, Basilio Perez.

17/02/2017 - TELESÍNTese

PLC 79: Barroso pede manifestação do ministério público

O Ministério Público terá que se manifestar sobre o PLC 79 e a AGU foi convidada a também fazer parte do processo.

O relator do Mandado de Segurança impetrado pelos senadores de oposição contra a sanção do PLC 79, ministro Luis Roberto Barroso publicou novo despacho essa semana, formalizando o pedido forma para a manifestação do Ministério Público sobre o caso. Também solicitou, que a Advocacia Geral da União, se quiser fazer parte do processo, se manifeste.

Na liminar parcial que concedeu ao recurso dos senadores – que alegavam ter quórum suficiente para pedir que o projeto fosse apreciado no Plenário do Senado (pois só foi analisado por uma comissão especial), o Ministro manifestou da seguinte maneira o seu voto:

24." O fato relevante que se apresenta agora neste mandado de segurança é que não houve – ou, ao menos, não foi noticiado nos autos que tenha havido – apreciação formal e fundamentada dos recursos apresentados pelos impetrantes para que a matéria seja discutida em Plenário. 25. Aparentemente, a despeito

de ter o Presidente do Senado indicado que a matéria não seria resolvida no curso do recesso parlamentar e da manifestação contundente da Ministra Cármen Lúcia a esse propósito, o projeto de lei seguiu à sanção presidencial, sem uma decisão formal da autoridade impetrada a respeito da admissibilidade ou não dos recursos interpostos pelos impetrantes. 26. Independentemente do acerto da decisão de eventual rejeição dos recursos que venha a ser proferida – ou que tenha sido proferida sem o conhecimento desta Corte –, impõe-se que seja tornada pública antes da remessa do projeto de lei à sanção presidencial. Somente desse modo será possível verificar o respeito à norma constitucional prevista no art. 58, §2º, I. 27. O periculum in mora, por sua vez, afigura-se claro, na medida em que a sanção do projeto de lei antes da prolação de medida liminar impeditiva poderia suscitar alegações de prejudicialidade da ação. Ademais, a matéria objeto do projeto de lei é de destacada relevância, envolvendo

alterações profundas no regime de concessão e autorização de serviços de telecomunicações, capazes de afetar profundamente interesses públicos e econômicos. 28. Diante do exposto, defiro parcialmente a medida liminar requerida, para determinar que o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, retorne ao Senado Federal para apreciação formal dos recursos interpostos pelos Senadores impetrantes e para que não seja novamente remetido à sanção presidencial até o julgamento final deste mandado de segurança ou ulterior decisão do Relator do feito após o recebimento da decisão da autoridade impetrada sobre os recursos interpostos."

Os partidos de oposição mantêm-se vigilantes quanto a essa tramitação e, embora o presidente do Senado, Eunício de Oliveira, tenha resolvido aguardar pela manifestação final da Suprema Corte, na próxima semana a Mesa Diretora terá que analisar a questão levantada pela senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) sobre a incorporação das assinaturas aos recursos.



15 de fevereiro de 2017 - TELETIME

Anatel rebate críticas ao PLC 79 e afirma que não haverá doação para as teles

Em documento enviado à Liderança do Governo no Senado, a Anatel afirma que não há qualquer fundamento na alegação de que o Projeto de Lei da Câmara nº 79/2016 representa uma doação de R\$ 100 bilhões para as operadoras, "primeiro porque não há qualquer doação e segundo porque esse valor não tem qualquer aderência com o valor dos bens reversíveis", sustenta a agência. A matéria, de acordo com avaliação da agência, não está propondo uma doação dos bens reversíveis para as empresas, mas sim uma contrapartida desses bens (e de outras obrigações associadas à modalidade de outorga de concessão) por investimentos em banda larga. E ressalva: Para migrar de concessão para autorização, as empresas deverão apresentar garantias financeiras em valor equivalente aos investimentos assumidos e caso tal investimento não seja realizado, o poder concedente irá executar a garantia e determinar outra empresa para realizar o projeto.

Destaca também que a possibilidade de autorizações sucessivas, prevista na proposição, não é automática. "A possibilidade de renovação da autorização de uso da radiofrequência não garante ao administrado o direito de lograr a renovação do uso do recurso de radiofrequência. Ao fim do período de utilização cabe à agência avaliar, sob tutela da AGU e do TCU, se o interesse público em renovar a autorização é superior ao interesse público em retomar e relicitar o bem público", argumenta o órgão regulador, no documento.

As afirmações da Anatel respondem as críticas feitas por senadores da oposição, baseadas em texto da consultoria do Senado sobre o PLC. Os parlamentares ressaltam que a aprovação da matéria resultará em transferir R\$ 100 bilhões para as teles e a garantia ad eternum de autorização para prestação do serviço.

Bens reversíveis

Segundo a agência, o valor de R\$ 100 bilhões surgiu porque consta do acompanhamento que a Anatel faz dos bens reversíveis e se refere ao valor de aquisição de

todos os bens reversíveis. "Ou seja, R\$ 100 bilhões foi o valor gasto pelas concessionárias na aquisição desses bens ao longo de todos os anos de operação. Evidentemente os bens reversíveis não têm mais esse valor, seja pela depreciação, seja pelo avanço tecnológico", justifica.

Anatel ressalta no documento que, segundo o mesmo controle de bens reversíveis, o valor residual desses bens é de algo em torno de R\$ 18 bilhões. "Um computador comprado em 1998 por R\$ 5 mil não tem nenhum valor hoje, justamente por conta da evolução tecnológica. Assim, a Anatel faz um acompanhamento constante do valor de aquisição e do valor residual (não depreciado) dos bens reversíveis, sendo que R\$ 100 bilhões se referem ao valor de aquisição de todos os bens reversíveis e R\$ 18 bilhões se referem ao valor residual desses bens", explica.

Sobre a proposta de Plano Geral de Outorga (PGO), ainda em consulta pública e que antecipa a regulamentação do PLC 79 – outra crítica da oposição –, a Anatel diz que é papel de qualquer órgão regulador acompanhar as mudanças legais e tecnológicas do setor, de forma a se antecipar a essas mudanças de forma a criar o ambiente regulatório propício para a atração de investimentos.

O documento da Anatel rebate ainda as críticas feitas para a previsão da renovação sucessiva de posições orbitais, também incluída no projeto de lei. A agência salienta que o atual prazo do direito de exploração de satélite não se alinha adequadamente à vida útil da estação espacial, podendo acarretar a descontinuidade de operações de satélites que ainda estão aptos a prover comunicações por período significativo. "Um satélite adequadamente controlado tem expectativa de vida em torno de 17 anos. Considerando que ele inicie sua operação no 4º ano do direito de exploração conferido (em vista do período de projeto, contratação, construção e lançamento), ao final do período ainda restariam pelo menos seis anos de vida útil", destaca

16 de fevereiro de 2017 - Vermelho

Centrais farão mobilização nacional contra reforma da Previdência

As centrais de trabalhadores prosseguem no dia 21 com ações no Congresso Nacional contra a reforma da Previdência Social de Michel Temer. O presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, disse ao Portal Vermelho que a agenda unitária das entidades consolidada a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, ameaçados pela reforma. "Fator decisivo no plano do congresso é construir um movimento amplo da resistência", disse o dirigente.

"É claro que a unidade se constrói na diversidade. A reforma mobiliza as centrais diante da ameaça aos trabalhadores, que correm o risco de não ter mais direito ao gozo da aposentadoria. Nesse ponto, as centrais estão unidas", afirmou Adilson.

Além da CTB, participam deste calendário de mobilização Força Sindical, Central Única dos Trabalhadores (CUT),

Central de Sindicatos Brasileiros (CST), Nova Central Sindical de Trabalhadores, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Conlutas, Intersindical e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

A agenda das centrais inclui no dia 20 protestos nos aeroportos do país denunciando a reforma. Com destaque para a mobilização no aeroporto de Salvador com o objetivo de pressionar o relator da reforma da Previdência, Arthur Maia (PPS-BA).

No dia 21, dirigentes das centrais se reúnem com os presidentes da Câmara e do Senado argumentando contra a reforma. Lideranças dos partidos no Congresso também serão procuradas. O esforço de mobilização vai resultar em um dia de greves e paralisações contra a reforma da Previdência e contra a retirada de direitos marcado para 15 de março. As centrais vão produzir ainda material informativo com a tiragem de

um milhão de exemplares esclarecendo a reforma.

Tropa de choque governista

De acordo com Adilson (foto), as centrais têm pouco tempo para mobilizar o Congresso e a sociedade. Arthur Maia afirmou que pretende entregar o relatório sobre a reforma no dia 16 de março. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, deu mostras de que pretende votar a proposta em 11 sessões mesmo tendo 30 sessões para esgotar o debate.

"Temos um tempo muito exíguo. É importante que haja uma articulação política de grande envergadura no Congresso nacional por parte da representação parlamentar. Neste ponto será fundamental o papel dos partidos ligados à luta dos trabalhadores e também a pressão das ruas para tentar alterar o quadro de adversidade", avaliou o dirigente da CTB.

Na opinião dele, a mobilização para o dia 15 de março será um teste de força na luta contra a proposta da reforma da Previdência. "Essa proposta de reforma representa um grande retrocesso para a classe trabalhadora e para o país porque da forma que se apresenta em aliança com a aprovação da PEC 55 põe fim à política de valorização do salário mínimo", argumentou Adilson.

Sem direito a aposentadoria

A proposta defendida por Temer estabelece a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de todos os trabalhadores. Nessa regra, entram homens, mulheres, trabalhadores do campo e da cidade. Para ter direito à aposentadoria integral é necessário ter 65 anos e contribuir por 49 anos.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/293425-1>



15/02/2017 11:36 - Carta Maior

Privatização dos aeroportos

Só espero que todos aqueles que consideravam que 'concessão não era privatização' antes de 2016 agora tenham refletido o bastante a respeito do equívoco.

Início meu dia com a leitura de uma notícia que me deixou um pouco atordoado. Não devo ter entendido bem. A matéria trata de um suposto "plano de criação de uma subsidiária da Infraero para ficar com os aeroportos lucrativos ou potencialmente rentáveis que ainda não foram privatizados". Ou seja, o governo Temer considera a hipótese de constituição de uma empresa estatal em meio a esse discurso todo liberalóide de supremacia do mercado sobre o setor público? E a tão falada crise fiscal a ser combatida por todos os meios? No mínimo, esquisito.

Antes de cair no discurso simplista de que agora todos os sinais estariam trocados, acho importante recuperar no tempo o histórico e o debate a respeito do setor aeroportuário. Lembro-me como se fosse ontem, mas essa polêmica teve início quatro anos atrás. Escrevi um artigo em fevereiro de 2012, onde eu criticava a iniciativa da Presidenta Dilma de promover um festival de concessões de serviços públicos e de infraestrutura para iniciativa privada.

Ao longo do texto eu procurava identificar os equívocos de tal estratégia de cunho inequivocamente liberal, argumentando que havia um conjunto amplo de formas de privatizar as estruturas da administração pública. Desse ponto de vista, promover a concessão de ferrovias, portos, rodovias e aeroportos para a exploração pelo capital nacional e internacional configurava-se em uma modalidade bastante conhecida e utilizada de privatização pelo mundo afora.

Os adeptos do chapabranquismo a todo custo não hesitaram em me criticar. Eu estaria fazendo o jogo da direita, ao criticar a proposta do governo. Eu não estaria percebendo o óbvio: concessão não seria privatização. As condições para a transferência das atividades ao capital privado naquele momento seriam muito menos danosas ao erário público do que as experiências promovidas por governos tucanos. E por aí seguia o blábláblá. Mas não havia meio de dourar a pílula.

Dilma e a nova fase de privatização da infraestrutura.

Infelizmente Dilma não deu ouvidos aos muitos que alertávamos para os riscos envolvidos em tal operação suicida, que significa uma perigosa mudança de rota em direção aos braços dos representantes da ortodoxia liberal e dos hábeis negociadores que se especializaram em fazer fortunas sugando os recursos públicos de forma ilegal e/ou ilegítima. E assim foi dado início a mais uma etapa do processo de aprofundamento da privatização da infraestrutura em nosso País.

À época, o enorme esforço de contorcionismo retórico dos defensores do indefensável se concentrou no argumento de que "concessão não é privatização". O recurso a tal muleta era mesmo uma necessidade até mesmo de sobrevivência política. Afinal, como dormir sossegado à noite ou discutir com os colegas que até a véspera eram críticos do processo privatizante que tantos males havia causado ao Brasil e à maioria do nosso povo? Ádua tarefa!

Ocorre que não poderiam ignorar que a venda do patrimônio de uma empresa estatal para o empresário é apenas uma dentre as inúmeras formas de privatização que o mundo capitalista já conseguiu conceber e realizar. Pode-se privatizar a gestão de uma empresa ainda de maioria acionária do Estado por meio de facilidades e acordos oferecidos ao mundo do capital. Pode-se privatizar a estrutura de serviços de saúde, por exemplo, por meio dos contratos de gestão oferecidos às famosas organizações sociais. Pode-se privatizar o ensino universitário ao ampliar desmesuradamente a oferta de vagas em instituições privadas – tudo isso com a mão generosa do Estado assegurando recursos para programas como o Prouni e o Fies. Enfim, reduzir o debate a "concessão vs privatização" é uma falsa polêmica. Os termos dessa equação não são antagônicos. Como escrevi logo depois, ainda em 2012, considero

que concessão é iguala a privatização.

Concessão é uma forma de privatização.

Assim, pode-se também promover a privatização de serviços públicos por meio de contratos de concessão ao capital. É esse o caso de portos, ferrovias, metrô, energia, telecomunicações, hidrovias e aeroportos, entre tantos outros. Mas desçamos ao detalhe dos terminais aeroportuários, que nos interessa mais nesse momento. O processo foi feito de maneira lenta, retirando da empresa estatal federal responsável pelo setor a atribuição exclusiva de tal operação. A Infraero foi perdendo a responsabilidade pela gestão de seu patrimônio. Ela foi sendo obrigada a abandonar a sua própria razão de ser, em última instância.

Em agosto de 2011 foi realizado o leilão de um aeroporto ainda pouco conhecido: São Gonçalo do Amarante (RN). A concessão teve início em janeiro do ano seguinte, com todas as fichas tendo sido colocadas no potencial de turismo internacional, especialmente europeu, com destino ao Nordeste brasileiro.

Na sequência, foi realizado um movimento mais ousado, com a entrega de três aeroportos mais apetitosos em termos de potencial de faturamento. Em fevereiro de 2012, foi realizado o leilão em que o governo Dilma ofereceu Brasília (DF), Guarulhos (SP) e Viracopos (SP) ao capital privado. As concessões aos consórcios tiveram início alguns meses depois, em julho do mesmo ano.

Entre 2011 e 2014 foram 6 aeroportos concedidos.

As generosidades foram concedidas por períodos de exploração que variam entre 20 e 30 anos, com uma média pouco superior a 26 anos nesses 6 primeiros casos. Os detentores do capital privado foram contemplados com recursos públicos para suas operações e têm sido sistematicamente beneficiados com medidas de elevação de tarifas aeroportuárias e condições favoráveis às concessionárias. Apesar da Infraero ainda manter uma participação minoritária formal na composição acionária, a empresa federal não participa da gestão de nenhum dos aeroportos concedidos.

Dando sequência a esse cronograma, o governo Temer definiu a concessão ao mundo privado de outros quatro aeroportos igualmente estratégicos. Os terminais de Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza deverão ser leiloados em 16 de março próximo. A conjuntura de crise tem apresentado uma série de incertezas a respeito da disposição do "espírito animal" do empreendedorismo privado em recolher os valores aos cofres públicos em troca do potencial de arrecadação de receita futura.

Essa deve ser, aliás, uma das razões para a surpreendente proposta da nova/velha dupla Moreira Franco e Eliseu Padilha de constituir uma nova empresa pública para atuar na área. Assim, os terminais mais saborosos seriam transferidos para a estatal a ser constituída, com o objetivo declarado de resguardar os "bons" ativos da Infraero e facilitar sua transferência ao capital privado.

Temer prepara o novo pacote de terminais privatizados.

Dessa forma, mantém-se a racionalidade do processo privatizante. Oferecer ao capital toda a sorte de bondades e reduzir ao máximo os riscos da operação. O Estado permanece com a responsabilidade de oferecer serviços aeroportuários de menor rentabilidade, em localidades mais distantes dos centros de maior movimento. Ao mesmo tempo em que fica com o osso do sistema, o setor público se encarrega de oferecer o filé mignon ao capital privado em troca de alguns poucos e minguados recursos apresentados nos leilões. Vale observar que esses lances serão ainda mais desvalorizados em função da recessão que nos aflige.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Privatizacao-dos-aeroportos/7/37711>

15/02/2017 13h16 - Carta Capital

Lula lidera eleições de 2018 em todos os cenários, diz CNT/MDA

Na pesquisa espontânea, Jair Bolsonaro aparece em segundo lugar nas intenções de voto, a frente de Marina Silva, Aécio Neves e Michel Temer



Lula lidera a pesquisa estimulada para o primeiro turno, com 30,5%

Lula desponta como o nome mais forte para as eleições presidenciais de 2018, segundo a pesquisa CNT/MDA divulgada na quarta-feira 15. O ex-presidente lidera as intenções de voto no primeiro turno tanto na pesquisa espontânea quanto na estimulada. Nos seis cenários imaginados pela pesquisa para o segundo turno, o petista aparece em três e lidera todas.

A extrema-direita também está bem cotada: o candidato mais lembrado espontaneamente depois de Lula é o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ).

Foram ouvidas 2.002 pessoas, em 138 municípios nas 25 unidades federativas, das cinco regiões, entre os dias 8 e 11 de fevereiro.

Conhecido por declarações com forte conteúdo de extrema-direita e de desrespeito aos direitos humanos, Bolsonaro arregimentou 6,5% das intenções de voto, colocando-se atrás de Lula (16,6%), mas a frente de políticos tradicionais e que já disputaram outros pleitos, como Aécio Neves (2,2%) e Marina Silva (1,8%).

A um ano e meio do pleito, os indecisos são o maior contingente: 57,1%. Michel Temer foi citado como candidato favorito por 1,1% dos entrevistados, seguido de Dilma Rousseff (0,9%), Geraldo Alckmin (0,7%) e Ciro Gomes (0,4%). Brancos e nulos somam 10,7%.

No cenário em que a intenção de voto foi estimulada, isto é, foram fornecidos os nomes dos candidatos ao primeiro turno, Lula fica em primeiro lugar com 30,5%. Mas Bolsonaro aparece na sequência com 11,3%, tecnicamente empatado com Marina Silva (11,8%) e próximo de Aécio (10,1%). Candidato do PDT, Ciro Gomes corre por fora, com 5%. Brancos e nulos somam 16,3% e os indecisos são 11,3%.

Em outro cenário, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB-SP) aparece como o candidato do PSDB no lugar de Aécio Neves. Neste quadro, Lula tem 31,8% das intenções de voto, seguido de Marina Silva (12,1%), Jair Bolsonaro (11,7%), Geraldo Alckmin (9,1%) e Ciro Gomes (5,3%). Os entrevistados que declararam voto nulo/branco são 17,1% e os indecisos, 11,9%.

No terceiro cenário, sem Alckmin e Ciro no primeiro turno em 2018, Lula é apontado como favorito por 32,8%, seguido de Marina (13,9%). O senador tucano Aécio Neves e Jair Bolsonaro conseguem resultados bastante próximos, com 12,1% e 12%, respectivamente.

Segundo turno

Na comparação com a pesquisa CNT/MDA de outubro de 2016, Lula cresceu, especialmente em cenários hipotéticos de segundo turno. No levantamento realizado no ano passado, Lula liderava a corrida presidencial, mas perdia para Aécio Neves (PSDB) no segundo turno por 37,1% a 33,8%. Na pesquisa divulgada nesta quarta-feira 15, Lula bateria Aécio por 39,7% a 27,5%. O atual levantamento foi realizado entre 8 e 11 de fevereiro, pouco após a morte da ex-primeira dama Marisa Lefícia, companheira do ex-presidente por 40 anos.

Apesar da boa colocação na pesquisa estimulada, o deputado Jair Bolsonaro não foi citado como alternativa em nenhum dos cenários da pesquisa para o segundo turno.

Em um possível segundo turno, Lula vence com 39,7% no cenário em que o adversário é Aécio Neves (27,5%). Quando o adversário hipotético é Michel Temer, as intenções de voto em Lula crescem: 42,9% para o petista ante 19% para o peemedebista. Na hipótese de Lula enfrentar Marina Silva no segundo turno em 2018, o petista arregimenta 38,9% das intenções de voto, contra 27,4% para a candidata da Rede.

Na alternativa em que o senador Aécio Neves enfrenta o atual ocupante da presidência, Michel Temer, o tucano leva a melhor, com 34,1% das intenções de voto, ante 13,1% que preferiram o peemedebista. Quando Marina Silva é apresentada como opção diante de Temer, ela vence com 34,4%, ante 16,8% do peemedebista.



16/02/2017 - Rede Brasil Atual

Nascidos em março e abril podem sacar PIS nesta quinta

Abono é pago ao trabalhador com pelo menos cinco anos de cadastro no PIS/Pasep, que recebeu em média dois salários mínimos e trabalhou pelo menos 30 dias no ano de 2015

Os trabalhadores nascidos nos meses de março e abril, que recebem até dois salários mínimos, poderão sacar o abono salarial do Programa de Integração Social (PIS) a partir de hoje (16). A retirada poderá ser feita nas agências da Caixa Econômica Federal, nos caixas eletrônicos por meio do Cartão do Cidadão, nas casas lotéricas e nos correspondentes bancários.

O banco também pagará os rendimentos das cotas do PIS para os trabalhadores cadastrados no programa antes de 4 de outubro de 1988. Nesse caso, os rendimentos variam conforme o saldo existente na conta do PIS vinculada ao trabalhador.

Quem é correntista da Caixa teve o dinheiro depositado na última terça-feira (14) na conta-corrente. Para saber se tem direito a receber o benefício, de até um salário mínimo, o trabalhador pode con-

sultar o site do banco ou ligar no 0800 726 0207, opção 1.

O abono é pago ao trabalhador com pelo menos cinco anos de cadastro no PIS/Pasep, que recebeu uma média mensal de dois salários mínimos e trabalhou pelo menos 30 dias no ano de 2015. Os dados do trabalhador precisam ter sido informados corretamente pela empresa ao Ministério do Trabalho, na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do ano-base 2015.

Pelas novas regras estabelecidas pelo governo federal, o valor do benefício agora é associado ao número de meses trabalhados no exercício anterior. Quem trabalhou um mês em 2015 receberá um doze avos do salário mínimo. Quem trabalhou dois meses receberá dois doze avos e assim por diante. Só receberá o valor total quem tiver trabalhado todo o ano de 2015.

15/02/2017 - Rede Brasil Atual

Julgamento de responsabilidade da União em casos de terceirização fica empatado

Resultado final foi de 5 a 5. Desempate caberá ao substituto de Teori Zavascki

Terminou empatado, no Supremo Tribunal Federal (STF), julgamento sobre a responsabilidade da União em débitos não quitados de empresas terceirizadas. A votação terminou hoje (15). Com isso, o desempate caberá ao substituto do ministro Teori Zavascki, que morreu em janeiro em acidente aéreo. O candidato indicado pelo governo é o advogado Alexandre de Moraes, ministro licenciado a Justiça – sua sabatina pelo Senado está prevista para o próximo dia 21.

O Recurso Extraordinário (RE) 760.931 tem repercussão geral, ou seja, a decisão nesse caso deverá ser aplicada a outros semelhantes. Segundo o STF, são mais de 50 mil ações.

A relatora do recurso, ministra Rosa Weber, foi contra o pedido de recurso feito pela União. Acompanharam esse voto Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello. O ministro Luiz Fux abriu a divergência, votando a favor do recurso, com apoio de Marco Aurélio Mello, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e da presidenta do STF, Cármen Lúcia, hoje. Para ela, não houve comprovação da responsabilidade da União pelo descumprimento da legislação trabalhista.

Mas a relatora, mesmo lembrando de entendimento do STF segundo o qual não há transferência automática de encargos à administração pública, entendeu que a responsabilidade subsi-

16/02/2017 - Rede Brasil Atual

Ministro defende e Ministério Público critica reforma trabalhista

Ronaldo Nogueira afirma que objetivo é "modernizar" legislação, sem prejuízo de direitos. Procurador Fleury vê risco de precarização, sem garantia de criação de empregos

Na primeira audiência pública da comissão especial da reforma trabalhista, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, e o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Filho, mostraram afinidades, enquanto o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, criticou o Projeto de Lei 6.787. Enquanto os primeiros falam em "modernização" da lei, o procurador vê risco de "precarização".

Segundo Nogueira, as propostas do PL governista visam a criar empregos, sem permitir aumento da jornada ou retirada de direitos adquiridos, apenas dando força de lei a acordos coletivos de trabalho em relação a 13 itens. "Nunca esteve, não está e não estará em nossa proposta qualquer medida que venha a propor aumento de jornada, que venha a ameaçar o 13º salário, o direito ao vale-transporte, ao vale-refeição, ao descanso semanal remunerado, os direitos do trabalhador que estão especificados no Artigo 7º da Constituição e aqueles direitos que estão especificados de forma clara na nossa legislação trabalhista", afirmou o ministro. "O direito que estamos perseguindo para alcançar, na sua plenitude, é o direito ao emprego."

Já Fleury afirma que o PL pode trazer efeito inverso: em vez de abrir vagas,

provocaria migração de ocupações fixas para empregos menos protegidos. "O Brasil já tentou adotar medidas de flexibilização, recentemente, visando à criação de emprego, o próprio contrato em tempo parcial. O que aconteceu? Não houve a diminuição do desemprego, e agora se pretende aumentar ainda mais a possibilidade do contrato de tempo parcial. Obviamente, será muito mais lucrativa a troca do emprego por prazo indeterminado pelo contrato a tempo parcial", argumentou.

Gandra Filho, que fez a ressalva de falar em seu nome, já que há divergência no Judiciário trabalhista, defendeu a flexibilização para preservar empregos em tempos de crise. "O projeto em si é muito bom, porque foi fruto de um consenso mínimo e, segundo, traz pontos que são fundamentais como a questão do trabalho temporário – ampliar o tempo, a questão do trabalho a tempo parcial, a questão do representante de empregados na empresa, de prestigiar a negociação coletiva", afirmou. Para ele, a proposta pode reduzir o número de processos, a partir de conciliação nos locais de trabalho.

O relator do PL 6.787, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), propôs a realização de 11 audiências públicas para debater o tema.

diária pode ser aplicada pelo não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas terceirizadas. Isso em caso de culpa comprovada do poder público em relação a seus deveres legais de fiscalizar contratos de prestação de serviços.

O recurso foi interposto pela União contra acórdão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que manteve a responsabilidade subsidiária da entidade pública pelo pagamento de verbas trabalhistas a uma recepcionista terceirizada. O processo chegou ao STF em 2013. Em sua defesa, a União alegou que a Lei das Licitações (8.666/93) veda a transferência de encargos trabalhistas da contratada para o contratante.